

Reengenharia para o desenvolvimento comunitário no século XXI: principais questões abordadas no livro em relação ao desenvolvimento comunitário

Elaine Novak Lacomski Cunha¹

DONNA, F.; BUSS, T. F. (eds.) **Reengineering community development for the 21st century: transformational trends in governance & democracy**. Estados Unidos: Donna Fabiani; Terry F. Buss., 2008.

Estes escritos buscam apresentar o livro *Reengenharia para o desenvolvimento comunitário no século XXI*, editado por Donna Fabiani e Terry F. Buss, publicado nos Estados Unidos em 2008. Ele aborda diversos temas relacionados ao desenvolvimento comunitário, como: demandas orçamentárias, papel do governo, questão da criminalidade e, por conseguinte, dos sistemas judiciários que operam nas comunidades. O livro busca traçar uma linha de reflexão dentro desses temas, sinalizando as situações que permeiam a vivência em sociedade/comunidade.

Apresentar este livro tem por objetivo não apenas sugerir o acesso a essa literatura, mas propiciar um momento de leitura e reflexão sobre a temática do desenvolvimento comunitário, a fim de construir estratégias e elos que fomentem o desenvolvimento, a harmonização entre os sujeitos pertencentes ao local, o cuidado e a proteção ambiental, entre outras situações e propostas que se apresentam no contexto global do século XXI, numa sociedade capitalista, com desenvolvimento pujante e globalizado.

A coleção de temas abordados no livro retrata várias iniciativas que corroboram para o desenvolvimento comunitário, pensando também na questão orçamentária (financiamento) para esse processo de reengenharia do desenvolvimento comunitário (compreendido como sendo intrínseco ao ser humano), atrelado à administração pública.

¹ Assistente Social, graduada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa em 2012 e Pós-Graduada em Gestão Social, Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos, pela Universidade do Norte do Paraná (2021).

Esse livro nasceu a partir do trabalho (diálogos) de Donna Fabiani com a Rede de Financiamento de Oportunidade, considerando as mudanças possíveis no campo a partir do processo de financiamento, portanto, atrelado ao desenvolvimento comunitário.

Ressalta-se que a publicação contou com a presença de diversos autores² e possui um arcabouço teórico relacionado ao tema em dezoito capítulos, apresentando diferentes frentes de atuação de pessoas jurídicas (instituições públicas e privadas) e físicas que, juntas, projetaram e aplicaram o desenvolvimento sustentável no âmbito comunitário, numa lógica de reengenharia da ação desenvolvimentista do local, conciliando fins sociais e econômicos (em questões que alavancam a comunidade, ter casa própria; acesso a recursos financeiros que possam ser quitados – caso existam dívidas que tais possam ser custeadas, até mesmo refinanciadas, possibilitando a quitação futura –, redução da criminalidade, acesso à educação etc.). Nesse processo, é necessário considerar que algumas comunidades possuem “colônias”, referindo-se ao fato de existirem imigrantes em grande escala, por exemplo, na fronteira com o México, em que indivíduos não estão no censo do país, uma vez que não possuem documentação, mas que a sua presença no território contribui para a construção de mais vulnerabilidades no âmbito da vizinhança, portanto, tal demanda precisa ser considerada no momento em que se efetiva a transferência de recursos para o desenvolvimento comunitário.

Os autores apresentam estudos que utilizam dados expondo volumosos financiamentos em 2004 e anos subsequentes, inclusive por meio de transferências via fundo (considerando a existência das CDFIs – Instituições Financeiras de Desenvolvimento Comunitário, o avanço que tais instituições representam na possibilidade de execução de atividades in loco, já que tal iniciativa de aplicabilidade de capital financeiro na comunidade possibilita aos indivíduos alterarem a realidade vivenciada com o auxílio de terceiros, mas especialmente num mecanismo que torna o próprio morador o agente de transformação), na área do desenvolvimento comunitário.

² Donna Fabiani e Terry F. Buss; Robin Newberger, Michael Berry, Kirsten Moy e Gregory A. Ratliff; Julia Sass Rubin; Annie Donovan; Anna Steiger, Tessa Hebb e Lisa A. Hagerman; Dan Immergluck; David Porteous e Saurabh Narain; Joshua Silver; Hannah Thomas; William Schweke; René Bryce-Laporte e Hilary Hunt; Yoel Camayd-Freixas, Gerald Karush, Melissa Nemon e Richard Koenig; Jane F. Morgan; Ben Steinberg, Ben Goodwin e Michael Rowett; Norman Rice e Lynda Petersen; Terry F. Buss; F. Stevens Redburn; Thomas J. Vicino; David W. Sears e Colin D. Sears; James O. Bates; Edward J. Dodson; Timothy Bates e Alicia Robb; Brenda Bratton Blom, Kate Titford e Elisabeth Walden; T. Michael Lengyel (autores apresentados de acordo com a sequência de temas veiculados no livro).

Nos anos de 2006/2007, os editores lançaram a proposta para diversos profissionais dialogarem e escreverem sob a reengenharia dessa temática (possibilidade de correlação com o desenvolvimento econômico – num mecanismo de atuação que contemplasse as possibilidades de mudança a partir do campo, da vivência comunitária e das potencialidades do próprio local onde a intervenção e a proposta de investimento fossem alocadas).

É importante mencionar que a transformação da comunidade, atrelada ao desenvolvimento econômico, mesmo com enfoque prioritário nas potencialidades do local de intervenção, requer investimentos. Assim, os escritos também contemplam a “construção de ativos” – cidadãos empreendedores que almejam impactar de maneira consciente e sustentável a realidade social vivenciada – e o mecanismo de execução de uma ação interventiva, que requer o custeio de ordem monetária. Desse modo, as instituições de cofinanciamento tornam-se “parte” eficaz do processo, mesmo que a ideia central seja construir riquezas na e da própria comunidade.

Destarte, o engajamento do cidadão é imprescindível para que a construção e/ou a cooperação coletiva aconteça, visando à edificação de uma comunidade que responda aos anseios dos habitantes, de maneira emancipatória – num desenvolvimento sustentável –, mesmo estando a ação atrelada a uma instituição bancária, por exemplo. Foram criados os bancos comunitários – existem iniciativas também de consórcio entre grupos, visando facilitar e coletivizar o acesso a recursos monetários – para fomentar ainda mais esse tema (pode-se dizer sobre a conexão entre capital social; humano e econômico). Há uma observação crescente de que o investimento local possa trazer bons resultados a todos os membros parceiros (considerando aqui também a ideia de rendimentos monetários, pensando na lógica do mercado – pressupondo que, em tese, o objetivo principal de uma instituição bancária seja promover a acumulação de capital, no seu sentido de lucro).

Na análise dos escritos desse livro, depreende-se que, nos Estados Unidos, existe uma “teia” que interliga os bancos, num amplo processo de dependência/interdependência entre essas instituições. Nesse país, existem agências que também possuem relação com o governo, as quais desenvolvem estratégias/parcerias que possibilitam a liberação de capital financeiro para civis, empreendedores e até mesmo instituições sem fins lucrativos, que requerem

empréstimos para atuarem na comunidade, seja potencializando a atividade econômica, seja melhorando as condições de vida da população.

São apresentados relatos de ações que foram efetivas na resolução de demandas/preocupações surgidas naquele país, como: envelhecimento e direito à moradia; uso consciente da terra; cidades sustentáveis: questões inerentes à mobilidade urbana, vida nas cidades – demandas concernentes a catástrofes naturais, intervenções violentas dos seres humanos (por exemplo, terrorismo), o crescente processo imigratório etc. Os autores fazem uma análise de como o crime/aplicabilidade do sistema judiciário pode impactar na vivência em comunidade. Enfim, todos esses temas/situações afetam a convivência comunitária.

A demanda surgida nesse contexto foi a construção de novas “roupagens” para os canais de captação de recursos (fundos de pensão; investimento individual etc.). Assim, são traçadas estratégias para dar respostas a demandas fragmentadas que reverberam na existência do indivíduo em sociedade, por exemplo, atuações com enfoque nas mulheres. Na década de 1990, houve um aumento desse processo – captação de recursos, investimento na comunidade, correlação com o ambiente político e econômico. Considerando que quando o recurso se torna escasso, também se espera que o Estado participe desse desenvolvimento no/do campo.

A coletânea também mostra como alguns investidores possuem receio de investir em demandas inovadoras (citado o exemplo das escolas, em que ocorreram alguns entraves na captação de recursos, porém, no desenvolver do projeto, algumas escolas se consolidaram e, inclusive, abriram as portas para a edificação de mais escolas em áreas de vulnerabilidade social). Portanto, o “parceiro” (organizações) da comunidade – sujeito que desenvolve estratégias para estruturar um investimento no local – deve ter como enfoque principal desenvolver a comunidade, e, desse modo, considerar a história do lugar, sua constituição, como os moradores da localidade se relacionam com o meio social/comunitário/familiar que se apresenta, o que também faz parte da atuação do “parceiro” e, grosso modo, sua ação é legitimada, considerando tal elo.

Nesse contexto de financiamentos/investimentos, é importante considerar a lógica econômica que também permeia o desenvolvimento local. Existe,

por parte de muitos investidores, um interesse na construção de novos “nichos” de mercado, para além do desenvolvimento do campo.

Todo o processo de aplicação de investimentos na comunidade requer um mecanismo engenhoso de atuação, e tal questão nos remete à ideia da engenharia financeira – existe uma ligação entre o capital investido, o patrimônio que dá base para essa movimentação monetária e a busca por resultados efetivos da ação projetada/realizada –, que solicita planejamento, execução e avaliação da ação, mas, para além disso, da aplicabilidade do dinheiro no desenvolvimento do local (desempenho social da organização investidora e, por conseguinte, considerando a lógica econômica de rentabilidade do capital).

O livro dedica parte dos seus escritos para tratar acerca da construção de ativos, ponderando sobre as potencialidades do território (nesse âmbito, existe um sistema de “discriminação” entre os sujeitos – o aumento da renda contribui para o crescimento das disparidades raciais (os mais ricos apresentam bom histórico de quitação das dívidas, logo, mais facilidade para conseguir empréstimos. Em detrimento a isso, as classes menos favorecidas sofrem com mais restrições no acesso a recursos financeiros (e, atrelado a isso, as taxas de juros sempre serão mais elevadas, com a existência, por exemplo, de hipotecas abusivas para a quitação das dívidas), e a falha no mercado pode interferir na ação positiva da concessão de recursos, gerando o aumento das taxas de juros, criando um sistema de “compensação de risco”).

Existe uma preocupação com um processo avaliativo do “mecanismo financiador”, atrelado ao impacto que as ações de financiamento apresentam para o desenvolvimento social, considerando o retorno econômico e social (os bancos federais representam o maior agente financiador para empresas). Em consonância a isso, desenvolveram-se intervenções estratégicas para estimular ações/parcerias que incentivem e/ou possibilitem a liberação de empréstimos com pagamentos acessíveis à população de baixa renda, ou a renegociação das dívidas em valores possíveis de pagamento, evitando assim a inadimplência, tendo, também, a busca em aparato legislativo, a fim de inibir a liberação de empréstimos predatórios.

Assim, as instituições que possuem viés comunitário concedem empréstimos para comunidades não atendidas pelos bancos ou instituições de crédito. Portanto, tais instituições procuram desenvolver a comunidade, compreen-

dendo que apenas os recursos financeiros não são capazes de apresentar mudanças significativas na “ordem” comunitária. Depreende-se da leitura que é preciso que os sujeitos e agentes financeiros aprendam a visualizar a pobreza a partir de uma riqueza presente na comunidade, com possibilidades de mudança.

Para tanto, é necessário analisar e ligar o capital humano, social e financeiro – cada capital deve ser visto em espiral, e a união dos três é que vai garantir o desenvolvimento da comunidade. Assim, o olhar sob a comunidade precisa focar nos ativos e não nos déficits que o local possui. Logo, para além do aumento/desenvolvimento ativo econômico, é imprescindível o desenvolvimento/valorização dos ativos humanos e sociais, já que esses criam possibilidades de mobilidade, de oportunidades, de segurança na comunidade, somado a questão econômica e, como resultado dessa conexão, existirão ações que podem beneficiar a população mais vulnerável (num elo que congrega confiança, competência, conexões e capital).

Destarte, a intervenção do governo, por meio de políticas públicas, pode ser um fator bastante positivo na propagação de ativos para o empoderamento da comunidade. Além disso, alguns estados americanos investem na educação financeira, esta correlacionada com demandas cotidianas dos sujeitos – orçamento familiar, comunitário e com enfoque também no local de trabalho –, considerando que a tomada de decisão precisa ser compartilhada e que nem sempre grandes ações e junções de agentes geram de fato mudanças significativas no meio comunitário, numa atuação que propicie o planejamento estratégico e colaborativo (isso entre sujeitos e organizações).

Ressalta-se que é preciso construir uma liderança ativa e comprometida com a transformação do território/social/familiar, logo, a tomada de decisão precisa ser democrática. Um sujeito, quando se sente parte do processo de mudança, coopera para que de fato a mudança aconteça (num ambiente em que informações e “poder” são compartilhados), apesar de essas questões nem sempre serem contempladas nas ações dos agentes financiadores e/ou imbuídos do desejo e/ou responsabilidade de transformar o local.

Como exemplo desse processo de reengenharia do desenvolvimento comunitário, o livro aborda a questão da política habitacional, a qual durante muito tempo e, pode-se dizer que ainda persiste essa logística de intervenção,

esteve focada não na concessão de meios que propiciassem às famílias (carta de créditos) a viabilização para a construção de moradia digna em um local escolhido pelo próprio sujeito, mas ações que culminam com o favorecimento do capital (agências financeiras, construtoras etc.), ou seja, a edificação de espaços habitacionais (conjuntos), em muitos casos em locais sem estrutura de serviços (de educação, saúde etc.) e, sem possibilitar ao indivíduo a escolha de estar ou não naquele território, este muitas vezes com altas taxas de criminalidade.

Nesse sentido, faz-se necessário uma reengenharia da intervenção do Estado nessa demanda, o que requer: integração do sistema de habitação com serviços sociais; enfoque na construção de moradias populares, considerando as famílias contempladas nessa ação; os sistemas de controle precisam apreciar a responsabilidade simplificada, local e nacional, para que os recursos federais de fato visem o desenvolvimento comunitário.

Atrelado a isso, os autores discorrem sob os subúrbios presentes no território americano e o quanto uma intervenção estatal pode ser benéfica e positiva no desenvolvimento dessas áreas, pois a reengenharia do desenvolvimento da comunidade requer não apenas um enfoque no crescimento econômico (deve-se buscar um crescimento inteligente que contemple as mais diversas áreas da vivência em sociedade, inclusive o uso consciente da terra), mas que exista uma conexão com o capital social e humano do espaço e, por conseguinte, que aconteça uma ligação entre políticas públicas locais, estaduais e federais.

Num esforço de apresentar ideias concretas que fomentem o desenvolvimento comunitário, para além da partilha no levantamento de demandas e da tomada de decisões, por exemplo, o uso cauteloso da terra, com ações sustentáveis e a atuação eficaz na concessão do direito à moradia digna, o livro nos apresenta também como o ciclismo pode ser um fator positivo no desenvolvimento comunitário – o ciclismo melhora a qualidade de vida do indivíduo que o pratica, torna o meio ambiente mais saudável, propicia convivência familiar e comunitária, favorece a mobilidade urbana, além de impulsionar o turismo (consequentemente, essas ações, refletem e contribuem para o desenvolvimento econômico do local, já que a compra e a manutenção do item, ou um sistema de aluguel de bicicletas, são ações que movimentam a economia).

Todavia, é preciso construir uma cidade amiga do ciclista, onde utilizar a bicicleta para executar suas atividades torne-se algo comum e prazeroso no cotidiano da comunidade.

Os textos também abordam a importância de governo e sociedade fornecerem subsídios para acolhida e proteção dos jovens que possuem históricos de passagem por instituições de acolhimento, compreendendo que, nesses casos, uma política pública que contemple as áreas de assistência social, habitação e trabalho, são imprescindíveis, visando à inclusão desse público no âmbito comunitário e, logicamente, à redução do número de jovens vivendo em condições precárias (em comunidades e/ou famílias de baixa renda). Outra sugestão para a revitalização e desenvolvimento comunitário exposto diz respeito à criação de um mecanismo de tributação da terra, para que nos territórios não existam espaços ociosos. Assim, o uso da terra seria consciente e contínuo, possibilitando, inclusive, assegurar a um número maior de sujeitos o acesso à terra, ou à moradia, digna e sustentável.

O livro ainda dialoga acerca da criminalidade, sobre possíveis ações que “criminalizam” a pobreza, considerando que, a depender da situação vivenciada pelo indivíduo, constrói-se um imaginário na sociedade de que tal situação (vulnerabilidade social) é um fator positivo para que o sujeito cometa um crime. Além disso, tenta desconstruir a ideia de que áreas consideradas “perigosas” representam o enfraquecimento de “nichos” de mercado – pensando aqui na instalação de empresas em territórios considerados mais ou menos violentos.

E, por fim, apresenta como o sistema judiciário pode beneficiar o desenvolvimento comunitário – nesse ponto, os autores fazem menção à justiça restaurativa, atrelada à ideia de que a resolução de conflitos pode ocorrer de maneira amigável entre as partes, tendo a responsabilização do agente que descumpriu as obrigações da lei, mas não necessariamente pensando a legislação no seu viés punitivo (na lógica do encarceramento). Uma vez que todo crime cometido está intrinsecamente imbricado de relações familiares e sociais, o indivíduo que cometeu a ação violadora, pelo simples fato de ser preso, não deixará de pertencer à comunidade, visto que sua família continuará no território, existindo a possibilidade do seu retorno ao convívio comunitário (ainda com mais estigmas). Assim, acredita-se que uma responsabilização

que represente um diálogo entre violador e vítima, família e comunidade, Estado e sujeito, possa ser um fator positivo no vínculo social e comunitário.

Depreende-se que nos Estados Unidos existem inúmeras ações de incentivo financeiro (de ordem pública e, também, privada) para intervenções que visem o desenvolvimento comunitário. Esse desenvolvimento, conforme pontuado anteriormente, precisa congregiar o capital humano e social presente no território. Para tanto, o desenvolvimento econômico necessita estar atrelado a um crescimento consciente, entendendo que a natureza é finita – se utilizada de maneira desordenada –, e que fatores históricos, sociais, culturais da comunidade precisam ser considerados ao se projetar uma revitalização, ou ampliação das potencialidades da comunidade, na lógica de que o ambiente de vivência dos sujeitos seja autossustentável. Num processo que solidifique a construção de políticas locais que propiciem aos indivíduos/habitantes um espaço de diálogo e construção conjunta de respostas às demandas apresentadas.

A interpretação e compreensão do livro analisado, conforme sinalizado no início desta resenha, objetiva ser o início – ou parte/continuação – de um caminho reflexivo e propositivo de ideias e ideais a respeito do desenvolvimento comunitário, em nível local ou global, a depender do engajamento e das possibilidades de intervenção dos sujeitos e da gestão pública envolvidos no processo.